

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE  
DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CIVIL DA COMARCA DE FORTALEZA –  
ESTADO DO CEARA**

**ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

**EMERSON FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG n.º 20160933344 SSPD e CPF n.º 077.702.023-88, não possuindo endereço eletrônico, residente e domiciliado a Rua Leiteiro Raimundo Paraibano n.º 241, Manga, Baturité, Ceara CEP 62.760-000, vem à presença de Vossa Excelência, por seu advogado que esta subscreve, com lastro no art. 319 e art. 1.049 parágrafo único do NCPC c/c Decreto lei n.º 73 de 21 de novembro de 1966 que foi regulamentado pelo Decreto n.º 61.867/74, propor

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO PELO PROCEDIMENTO**

**SUMÁRIO**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, com endereço eletrônico e-mail: contabilidade@seguradoralider.com.br, devendo ser citada na pessoa do seu representante legal, com sede na Rua Senador Dantas n.º 74, 5º Andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

### 1. DA AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO E DA PERICIA.

Tendo em vista a natureza do litígio e a matéria já sumulada pelo STJ na Sumula 474 daquela corte, **REQUER** a parte autora nos moldes do Art. 334 do Código de Processo Civil, **seja designada audiência de conciliação já com a execução de perícia judicial para dirimir o litígio**, visto que é sabido e conhecido que a parte contrária apenas concordar em acordar por meio de perícia que ateste o grau da lesão sofrida pela parte demandante.

### 2. DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Declara o Autor expressamente sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio e da família, requerendo o deferimento da Assistência Judiciária Gratuita nos exatos termos do art. 5º inciso LXXIV da CF/88 e do Art. 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil Lei Nº 13.105/2015.

### 3. BREVE SINTESE DOS FATOS:

A parte Autora na data de 29/12/2018 por volta das 21:30 horas encontrava-se pilotando a motocicleta HONDA/CG 125 FAN ES, RENAVAM 595165877 de Placa OSM-7586, deslocando-se nas proximidades da Avenida Sete de Setembro, Próximo a Igreja Universal, Centro do Município de Baturité, quando foi colidido por uma outra motocicleta de placa não informada vindo a perder o controle do veículo e chocar-se violentamente contra o solo.

Que em face do forte choque sofrido, foi socorrido na UMPA de Baturité, e logo após em virtude da gravidade dos ferimentos transferido ao Hospital de Aracoiaba, sendo diagnosticado com ***lesão corto contusa e trauma em joelho direito, bem como escoriações generalizadas por todo o corpo***, sendo inclusive submetido a intervenções cirúrgicas, tudo conforme se constata do Boletim de Ocorrência n.º 425-198/2019 e laudos médicos acostados, todos em anexo.

Diante de tal fato acionou a demandada, requerendo o seguro DPVAT que lhe assiste, uma vez que o veículo estava devidamente licenciado, e em virtude de ter restado com uma invalidez permanente.

No decorrer do processo administrativo, a ré negou de plano o direito da parte autora sem ao menos ter sido esta **submetida à perícia médica para constatação de seu grau de lesão**, razões pelas quais deixa de juntar tal documento, no entanto, junta-se todos os documentos também juntados ao processo administrativo em questão, como o Boletim de Ocorrência Policial, documento de identificação pessoal e comprovante de residência, além dos documentos de atendimento médico.

Insta salientar, que mesmo tendo acostado todos os documentos indispensáveis o deferimento da indenização devida por lei, a Ré lhe cerceou tal direito, em claro ilícito civil, pois o Autor cumpre rigorosamente, todos os requisitos essenciais para o recebimento da respectiva indenização, estando em dissonância com a legislação que regula matéria, qual seja, o art. 3º, inciso II da lei Federal n.º 6.194/74, a qual determina o pagamento do valor de indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesse norte, uma vez que Ré desrespeitou os ditames da Lei n.º 6.194/74, em seu art. 3º, inciso II, chega-se a conclusão de que a parte Requerente foi lesada em seu direito, devendo tal valor ser pago de forma global e corrigida, com juros e correções desde a data do cerceamento, qual seja, 28/03/2019.

Nesse norte, encontra-se claro que a Ré, não respeitou os ditames legais que regem a matéria, devendo então, haver controle jurisdicional sobre sua atividade, e determinação judicial para que efetue o pagamento dos valores retidos indevidamente.

#### 4. DAS QUESTÕES A SEREM DIRIMIDAS

##### a) Da controvérsia instaurada.

A controvérsia que lastreia a celeuma se refere ao valor do seguro não integralmente pago como determina a **lei Federal n.º 6.194/74**, visto que foi efetuado o cerceamento do direito do autor, quando nesses casos a legislação determina o pagamento de R\$ 13.500,00.

**b) Parte do corpo afetada.**

Conforme o Boletim de Ocorrência em anexo, a parte do corpo afetada que deveria ser objeto de pagamento integral da indenização foi ***LESÃO CORTO CONTUSA E TRAUMA EM JOELHO DIREITO, BEM COMO ESCORIAÇÕES GENERALIZADAS POR TODO O CORPO.***

**c) Do laudo IML.**

Declara a parte Autora que na localidade da sua Residência, não existe unidade do Instituto Médico Legal, a fim de efetuar o respectivo laudo, razões pelas quais se junta cópia dos laudos médicos efetuados pelos profissionais da unidade de saúde onde foi efetivamente atendida, bem como, declaração específica para tal.

**d) Da comprovação do sinistro.**

Junta-se a presente ação, o Boletim de Ocorrência que notificou o fato ocorrido, bem como, o Relatório da Seguradora que constatou o sinistro reconhecendo o incidente, inclusive com o pagamento da indenização a menor, porem, reconhecendo o fato ocorrido.

**5. DO DIREITO**

O Decreto-Lei n.º 73 de 21 de Novembro de 1973, veio com o intuito de regulamentar o Sistema Nacional de Seguros Privados e das operações de seguros e resseguros em todo o país.

Posteriormente foi regulamentado pela lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, dispondo sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, descrevendo em seu art. 3º, inciso II que:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Nesse norte, nota-se com clareza, que a parte Requerente fazia jus a uma indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) conforme descrição da lei, o que não ocorreu, devendo a Ré, efetuar a restituição do valor residual, não pago e retido indevidamente pela Ré.

## 6. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

Ao falar no instituto da inversão do ônus da prova, estará se reputando aos quesitos de verossimilhança das alegações e Hipossuficiência, conforme leciona o art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor<sup>1</sup>.

O primeiro diz respeito a verdade presente nas alegações da parte Autora, o que se constata pelos documentos anexos a presente peça. Já o segundo prescinde de prova pois, e como declarado e provado houve pagamento a menor dos valores devidos, em flagrante desrespeito a lei de regência, bem como que a parte autora é **AGRICULTOR**, carente não só da cultura em si mas da própria estrutura estatal, possuindo assim, hipossuficiência tanto na esfera técnica, como econômica, conforme leciona a doutrina:

“A hipossuficiência, por sua vez, diz respeito a determinada situação ou relação jurídica, gente á qual o consumidor **APRESENTA TRAÇOS DE INFERIORIDADE TÉCNICA, CULTURAL, ECONÔMICA OU PROBATÓRIA EM RELAÇÃO AO FORNECEDOR.**”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências

<sup>2</sup> OLIVEIRA, James Eduardo, CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, Editora Atlas, São Paulo, 2009, Pag . 113.

E ainda:

“A observância de tal regra ficou destinada a decisão do Juiz, segundo seu critério e sempre que verificasse a **verossimilhança das alegações do consumidor ou sua hipossuficiência.**” <sup>3</sup> [grifo nosso]

Assim, em consonância com o texto do respectivo artigo em comento, bem como pela doutrina em apreço, verifica-se que os requisitos para o deferimento da inversão do ônus probatório, não são cumulativos mas sim singulares, ou seja, não precisam estar ambos presentes, estando presente um ou outro, o Juiz poderá deferir a respectiva benesse, e no acaso em apreço, ambos encontram-se presentes, tanto pelos documentos acostados como, pela hipossuficiência econômica e técnica atestada pelas declarações em apreço.

Tal feito se faz necessário ao caso, para fins de paridade de armas entre as partes e perfectibilização do princípio da equidade, sem os quais, seria impossível ao consumidor requerer seus direitos se tivesse que fazer prova do que para ele é impossível, sendo que, nesse sentido já decidiu o STJ:

CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. LEGALIDADE. ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE DE AGRAVO INTERNO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.** POSSIBILIDADE.

1. Não há óbice a que seja invertido o ônus da prova em ação coletiva - providência que, em realidade, beneficia a coletividade consumidora -, ainda que se cuide de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público.

2. Deveras, "a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas" - a qual deverá sempre ser facilitada, por exemplo, com a inversão do ônus da prova -

<sup>3</sup> NUNES, Rizzato, COMENTÁRIOS AO CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, Editora Saraiva, 2007, Pág. 150.



"poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo" (art. 81 do CDC).

3. Recurso especial improvido.”<sup>4</sup>

Não obstante:

“13. Inversão do ônus da prova. O processo civil tradicional permite a convenção sobre o ônus da prova, de sorte que as partes podem estipular a inversão em relação ao critério da lei (CPC 333, par. ún., a ‘contrario sensu’). **O CDC permite a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, sempre que for ou hipossuficiente ou verossímil sua alegação. Trata-se de aplicação do princípio constitucional da isonomia, pois o consumidor, como parte reconhecidamente mais fraca e vulnerável na relação de consumo (CDC 4º I), tem de ser tratado de forma diferente, a fim de que seja alcançada a igualdade real entre os partícipes da relação de consumo.** O inciso comentado amolda-se perfeitamente ao princípio constitucional da isonomia, na medida em que se trata desigualmente os desiguais, desigualdade essa reconhecida pela própria lei (Nery, Princ., n. 8, p. 42).” – grifo nosso (p. 1534).

Assim, visto que trata-se de uma liberalidade deste Juízo, porem, atrelada aos requisitos aqui destacados e provados, requer-se que a Ré, traga ao feito, os documentos abaixo descritos:

- a) Cópia do processo administrativo que gerou o cerceamento de direito da parte autora;
- b) A cópia do laudo pericial médico que reconheceu a invalidez da parte autora;

<sup>4</sup> Recurso especial 2006/0154928-0, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Julgado em 15/02/2011. STJ.

## 7. DO ALVARÁ

Tendo em vista que, os casuísticos procuradores da parte Autora possuem procuração específica com poderes especiais para transigir, desistir, acordar, dar e receber quitação, que se segue em anexo a essa inicial.

Levando em conta os problemas apresentados no momento do recebimento dos honorários contratuais e sucumbências em outros casos semelhantes que tramitam nesta Comarca, em caso de procedência da demanda, ou acordo judicial, **REQUER** que seja confeccionado o Alvará para levante dos valores principal da Ação e honorários sucumbências único e exclusivamente em nome dos patronos da parte Autora, quais sejam, **Dr. REGINALDO PEREIRA ROSSI OAB/CE 29.065 e Dr.a JANAINA ROBERTO NUNES OAB/CE 11.606.**

## 8. DOS PEDIDOS.

Ex posits, **REQUER:**

1. Seja recebida a presente inicial, determinando o seu registro, para fins de persecução processual, com a citação da Ré nos termos do art. 246, I, 247 e 248 do NCPC, no endereço descrito no preâmbulo desta peça, para que compareça a audiência de conciliação nos termos do art. 334 do NCPC, para querendo, contestar os fatos aqui destacados, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato;

2. Requer em face da natureza da demanda, e visto a sumula 474 do STJ, seja já na audiência de conciliação efetuada pericia judicial, para fins de dirimir a demanda, mesmo porque é notório e conhecido que a parte contrária não compõe sem a pericia judicial devida;

3. Requer seja condenada a Ré ao pagamento do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente ao valor que deveria ter sido pago e não foi visto ter a Ré ceceado seu direito, devidamente corrigido com juros legais e correção monetária;

4. Determinação para que a Ré que apresente nos autos, os documentos abaixo listados, forte no art. 396 c/c 397 do NCPC, podendo, em caso



da não apresentação dos mesmos, recair nas penas do art. 400 do mesmo dispositivo legal, quais sejam:

- c) Cópia do processo administrativo que gerou o cerceamento de direito da parte autora;
- d) A cópia do laudo pericial médico que reconheceu a invalidez da parte autora;

**5.** Que determine a Ré o pagamento da diferença dos R\$ 13.500,00 que a parte Autora tinha direito a receber e do que efetivamente recebeu;

**6.** Caso Vossa Excelência não entenda pelo pagamento integral da indenização, então, que determine a Ré em caráter de pedido alternativo, complementar o valor pago no processo administrativo conforme o verdadeiro grau da lesão encontrada na parte Autora, a ser diagnosticado por meio de perícia médica judicial, realizado por expert nomeado por Vossa Excelência;

**7.** Condenação da Ré ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da ação, nos termos do art. 85, §2º do NCPC;

**8.** Condenação da Ré ao pagamento de juros de mora e correção monetária desde a data do evento danoso até a data do efetivo pagamento das diferenças devidas, na conformidade da Lei 5.488/68;

**9.** Seja deferida a produção de todas as provas admitidas em direitos, como a documental, pericial e inclusive testemunhal, no momento processual oportuno;

**10. Procedência total da ação**, com a condenação da Ré, ao pagamento integral da diferença devida, com juros e correção monetária, desde a época do evento danoso;

**11.** Seja deferido o benefício da **assistência judiciária gratuita**, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e do Art. 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil Lei Nº 13.105/2015, uma vez que a Autora não tem condições de arcar com as custas e demais despesas, sem prejuízo próprio e de sua família;

**12. REQUER**, em caso de procedência da demanda, ou acordo judicial, que seja confeccionado o Alvará para levantar dos valores principal da Ação e honorários sucumbências, único e exclusivamente em nome dos patronos da parte Autora, quais sejam, **Dr. REGINALDO PEREIRA ROSSI OAB/CE 29.065 e Dr.a JANAINA ROBERTO NUNES OAB/CE 11.606**, acrescido de Juros de correção monetária;

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) por tratar-se do proveito econômico da demanda.

Nestes Termos,

Pede e Aguarda Deferimento

Baturité, 26 de fevereiro de 2020

**REGINALDO PEREIRA ROSSI**  
**ROSSI E ROSSI ADVOCACIA**  
**OAB/CE 29.065 OAB/SC 39.931**  
**ADVOGADO**

**JANAINA ROBERTO NUNES**  
**ROSSI E ROSSI ADVOCACIA**  
**OAB/CE 11.606**  
**ADVOGADA**

**QUESITOS AO PERITO**

Tendo em vista a necessidade de perícia médica judicial, por “expert” a ser designado por Vossa Excelência, apresenta-se os quesitos a serem respondidos por aquele profissional.

- a) Quais lesões foram sofridas pelo periciando?
- b) Tais lesões tem compatibilidade com as lesões apresentadas?
- c) As anomalias apresentadas, possuem caráter permanente?
- d) Qual o grau de tais lesões?
- e) As lesões sofridas, afetam direta ou indiretamente a atividade social e laboral do periciando? Como?
- f) Na época atual, o periciando efetua uso de medicamentos ou tratamentos que tiveram origem no sinistro ocorrido?
- g) As lesões apresentadas tem cura?
- h) Se sim, como podem ser curadas?
- i) Estas lesões podem se agravar com o passar dos tempos e da aquisição de idade?